



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

TERÇA-FEIRA – 15 DE AGOSTO DE 2023 - ANO III – EDIÇÃO Nº 151

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PÚBLICA:

- **EDITAL DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA, DE EQUIPAMENTOS (MOTORES/BOMBEADORES SUBMERSOS E ESTABILIZADORES DE VOLTAGEM), PEÇAS (MATERIAL ELÉTRICO E HIDRÁULICO) E SERVIÇOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E REPARO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, ATRAVÉS DE POÇOS TUBULARES, DE RESPONSABILIDADE DO SAAE DE MACAÚBAS-BA

**IMPrensa OFICIAL  
UMA GESTÃO LEGAL  
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2023

Processo Administrativo nº 087/2023

**OBJETO:** Registro de Preços visando aquisição, futura e parcelada, de equipamentos (motores/bombas submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços destinados a manutenção e reparo dos equipamentos e sistemas de fornecimento de água, através de poços tubulares, de responsabilidade do SAAE de Macaúbas-BA., conforme especificações, quantitativos, entrega e condições descritos no anexo I – Termo de referência.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2023

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACAÚBAS**, Autarquia Municipal, através da Pregoeira Oficial, devidamente designada por meio da Portaria SAAE-MAC.nº.02/2023, torna público que estará reunida no dia 29/08/2023, às 09:00 horas, na sede do SAAE, Rua Dr. Manoel Vitorino, SN, Centro, CEP: 46.500-000, Macaúbas-Bahia, para recebimento dos Envelopes de Habilitação e de Proposta de Preço das licitantes interessadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023**, que visa contratação de empresas para execução de que trata o objeto descrito abaixo, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição, futura e parcelada, de equipamentos (motores/bombas submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços destinados a manutenção e reparo dos equipamentos e sistemas de fornecimento de água, através de poços tubulares, de responsabilidade do SAAE de Macaúbas-BA., conforme especificações, quantitativos, entrega e condições descritos no anexo I – Termo de referência, para atender as necessidades desta Autarquia municipal, com VALOR TOTAL estimado em R\$ 526.389,66 (quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por MENOR PREÇO POR LOTES, conforme constante do Termo de Referência.

1.3. A licitação será realizada em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do lote/grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

##### HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES E DA SESSÃO DE JULGAMENTO

2.1. Até às 09:00 horas, do dia 29 de Agosto de 2023, no endereço da sede desta Autarquia constante acima, serão recebidos os ENVELOPES Nº 01, com a proposta de preço, e Nº 02, com os documentos de habilitação, além das DECLARAÇÕES complementares.

2.2. Às 09:00 horas, do dia 29 de Agosto de 2023, na sala de licitações, localizada na sede desta Autarquia e no endereço relacionado acima, terá início a sessão de julgamento, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a proposta e documentação de habilitação.

2.3. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### ENVELOPE Nº 1

#### PROPOSTA DE PREÇOS

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACAÚBAS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023**

**(RAZÃO SOCIAL e CNPJ DO PROPONENTE)**

### ENVELOPE Nº 2

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACAÚBAS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023**

**(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE)**

2.4. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via CORREIOS ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, até a hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

2.5. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes (desde que todos os presentes já tenham concluído a entrega dos documentos), nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos aos documentos de habilitação ou proposta de preços apresentadas, salvo as exceções previstas neste edital. Registra-se que a partir deste momento, NÃO caberá desistência da proposta, salvo se existir justo motivo aceito pela Pregoeira.

### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 0067/2018.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### 4. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante a SESSÃO DE JULGAMENTO nas fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

4.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

4.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante; sendo obrigatória a apresentação dos documentos referidos acima.

4.3. O licitante que NÃO estiver representado pelo titular ou por procurador/credenciado durante a sessão de julgamento ficará impedido de participar da fase de lances, não sendo computada sua proposta para os fins da contagem prevista no artigo 4º, inciso IX, da Lei nº 10.520; bem como ficará impedido de usufruir do direito de interpor recurso face à impossibilidade de manifestação imediata de intenção, nos moldes do no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520.

4.4. Registra-se que o ATO DE CREDENCIAMENTO será efetivado nas seguintes oportunidades: a) sempre na abertura das sessões; e b) após a conclusão das etapas das fases de lances/negociação direta e do julgamento dos documentos de habilitação. Excepcionalmente, a Pregoeira poderá permitir o credenciamento em outras oportunidades, sendo imprescindível a exposição dos motivos.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

5.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:**

5.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 7º da Lei 10.520/02; quanto à abrangência da penalidade prevista no art. 7º da Lei n. 10.520/02, nos termos do entendimento do Tribunal de Contas da União "A sanção de impedimento de licitar e contratar pautada no art. 7º da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão) produz efeitos não apenas no âmbito do órgão/entidade aplicador da penalidade, mas em toda a esfera do respectivo ente federativo (União ou estado ou município ou Distrito Federal)" - vide Acórdãos 819/2017-Plenário, 2530/2015-Plenário, 1003/2015-Plenário e 2081/2014-Plenário, dentre outros;

5.2.3. Interessados declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 87, IV, da Lei nº 8.666 - quanto à abrangência da penalidade imposta nos termos do Informativo de Jurisprudência nº 414, 02 a 06 de novembro de 2009, do Superior Tribunal de Justiça, e no Recurso Especial nº 520.533 - RJ (2003/0027264-6), "*Desponta o caráter genérico da referida sanção cujos efeitos irradiam por todas as esferas de governo*";

5.2.4. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.5. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Servidor ou dirigente deste (a) órgão ou entidade ou responsável pela licitação;

5.2.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta, apresentada no envelope nº 1, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

6.1.1. A razão social e CNPJ da empresa licitante;

6.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e nos demais documentos anexos;

6.1.3. O VALOR TOTAL DA PROPOSTA, por lotes, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

por extenso, conforme modelo de proposta constante do ANEXO;

6.1.4. A Planilha com descrições e quantitativos dos itens, valores unitários e totais, conforme MODELO ANEXO;

6.1.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.1.4.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua PLANILHA deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.1.4.3. Erros no preenchimento da planilha NÃO constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.1.4.4. Registra-se que na proposta deverá conter, também, os preços unitários e totais por item, expressos em algarismos e por extenso, SEM PREVISÃO INFLACIONÁRIA, CONSTANDO APENAS DE 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

6.1.4.5. Em caso de DIVERGÊNCIA entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último, devendo esta correção de erros formais (multiplicação, soma ou outros) ser realizada de ofício pela Pregoeira e equipe de apoio.

6.1.4.6. O PRAZO DE VALIDADE da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

6.1.4.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Considerando a ausência de sistema de cadastramento de empresas atualizado e efetivo no âmbito deste Município, nos termos do Artigo 34 da Lei n° 8.666, os licitantes interessados devem apresentar TODOS os documentos que atendam a todas as condições de habilitação relacionadas abaixo.

7.2. A título de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no ENVELOPE N° 2:

### 7.2.1. Habilitação jurídica:

7.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.2.1.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.3. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

7.2.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.2.1.7. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

### 7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.2.2.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.6.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 7.2.3. Qualificação econômico-financeira:

7.2.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação.

7.2.3.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1999/2014 - PLENÁRIO;





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

7.2.3.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.2.3.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.2.3.5. Comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta apresentada pelo licitante.

7.2.4. Todos os licitantes deverão apresentar, ainda, no envelope nº 2 os seguintes documentos complementares:

7.2.4.1. Declaração de que NÃO utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999 (Modelo ANEXO);

7.2.4.2. Declaração de que INEXISTE servidor ou dirigente público municipal de Macaúbas-BA., como proprietário, empregado ou prestador de serviços da empresa licitante (Modelo ANEXO).

7.3. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Autarquia Municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

## 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante executado satisfatoriamente, e com valores e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, sendo cabível a realização de diligências na forma do § 3º do artigo 43 da Lei 8666/93, para se comprovar a autenticidade dos Atestados, facultando desde já aos licitantes, a apresentar previamente junto ao Atestado, tal comprovação, através de Notas Fiscais e/ou Contratos de Prestação de Serviço;

8.1.2. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e o período da contratação;

8.1.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

## 9. DA SESSÃO DE JULGAMENTO

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Pregoeira e equipe de apoio receberão, **DE UMA SÓ VEZ**, os documentos de credenciamento, os **Envelopes nº 01 e nº 02**, bem como as **DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.1.2. As **DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES** deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

9.1.2.1. **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, conforme dispõe



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

o Artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos termos do modelo anexo.

9.1.2.1.1. A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a **DECLASSIFICAÇÃO** do licitante, nos termos deste Edital.

9.1.2.2. Em vista do princípio do formalismo moderado aliado à finalidade precípua deste processo de licitação de selecionar a proposta mais vantajosa, a Pregoeira poderá, nos casos em que for constatada irregularidade nos documentos de habilitação, caso o vício seja sanável, avaliar documento que se encontre em posse do representante, possibilitar o preenchimento de modelos de declarações, desde que aquele constantes da documentação apresentada na habilitação, ou ainda, realizar consulta na internet com o fim de verificar documento disponibilizado de forma gratuita e on-line, respeitados os limites dispostos no §3º do artigo 43 da Lei nº 8666/93.”

9.1.2.3. As condutas descritas no item anterior deverão ser tomadas de forma preliminar à eventual decisão de inabilitação do licitante.

9.1.2.4. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006. (Modelo ANEXO).

9.1.2.5. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é FACULTATIVA e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

9.1.2.5.1. A apresentação de declaração atestando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, SEM que haja o devido enquadramento nessas categorias, ensejará a APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI E A EXCLUSÃO DO REGIME DE TRATAMENTO DIFERENCIADO. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.2. DEPOIS DE ULTRAPASSADO A ETAPA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas, salvo as exceções previstas neste edital.

9.3. Como condição PRÉVIA ao exame da proposta e da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

9.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão irá analisar a penalidade imposta podendo reputar o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, caso haja extensão da pena as entidades municipais.

9.6. NÃO ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

9.7. A seguir, ultrapassada as etapas anteriores, serão identificados os licitantes aptos e proceder-se-á à ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 01 - PROPOSTAS.

9.7.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

9.7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.7.3. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

9.7.4. A Pregoeira relacionará todas as propostas em ordem crescente e em seguida, classificará as de menor preço.

9.7.5. Para julgamento e classificação das propostas, na sessão pública, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

9.7.6. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, somente o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.7.7. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7.8. No caso de empate nos preços inicialmente propostos, serão admitidas às todas as licitantes com idêntico valor a oferta de lances, independentemente do número de licitantes.

9.7.9. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor; haverá sorteio em caso de empate.

9.7.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço, considerando o valor do item.

9.7.11. A variação mínima de valores entre os lances será definida pela Pregoeira.

9.7.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.7.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

9.7.14. Após a fase de lances verbais, se a proposta mais bem classificada NÃO tiver sido apresentada por



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta firmada por licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte com variação igual ou de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á, nos termos do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, da seguinte forma:

9.7.14.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado.

9.7.14.1.1. A microempresa melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada no prazo de 01 (um) dia, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

9.7.14.2. Não ocorrendo a oferta de proposta de preço da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nas referidas hipóteses, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.7.14.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos (variação igual ou de até 5% superior à proposta mais bem classificada), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.7.15. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.8. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

9.8.1. NÃO estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.8.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.8.3. Apresentar **PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

9.8.3.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências com a concessão de oportunidade ao licitante para demonstrar a eventual executabilidade da sua proposta.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, a Pregoeira convocará os licitantes para reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado; e a apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado, nos termos do Artigo 9º do Decreto Municipal nº 0067/2018 que regulamenta o registro de



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

preço (detalhamento no item 19).

9.12. Sendo aceitável(is) a(s) proposta(s) de menor preço, será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo os documentos de HABILITAÇÃO do(s) licitante(s) que a tiver(em) formulado, para verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação instituídos no Edital.

9.13. Será considerado INABILITADO o licitante que:

9.13.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.14. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.15. Caso a Pregoeira julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar as propostas ou os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos abertos devem ser rubricados e eventuais envelopes fechados devem ser rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída o julgamento e transcorrido a fase recursal.

9.16. **CONSTATADO O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR.**

9.17. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.18. A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.19. A proposta final do LICITANTE VENCEDOR, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser REFORMULADA e apresentada com preços atualizados, no PRAZO estipulado pela Pregoeira, sob pena de redução automática efetivada pelos membros da equipe de apoio de forma proporcional à redução obtida na fase de lances/negociação direta.

9.20. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

9.21. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Pregoeira encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

competente; podendo a Pregoeira proceder a prévia adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor caso NÃO haja interposição de recursos, situação esta que, em caso positivo, somente poderá ser concretizada pela autoridade superior.

9.22. A intimação das decisões e resultado final do julgamento do certame será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9.23. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

### **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Após a declaração do(s) VENCEDOR(ES), qualquer licitante poderá manifestar motivadamente e imediatamente a intenção de recorrer na sessão de julgamento. Em sequência será concedido de forma AUTOMÁTICA o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos no horário de expediente do setor de licitações.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. A interposição de recurso obedecerá aos prazos e demais procedimentos do disposto no Art. 4º da Lei 10.520.

10.4. Os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados.

10.5. Os recursos deverão ser protocolado no endereço da SAAE de Macaúbas, no setor da Comissão Permanente de Licitações e Contratos ou por meio dos endereços eletrônico [saaemacaubas@yahoo.com.br](mailto:saaemacaubas@yahoo.com.br) / [compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br.](mailto:compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br), respeitando o horário de funcionamento da Autarquia, das 7:30 às 12:00 e 13:30 às 17:00h de segunda a quinta feira, e das 7:00 às 13:00 na sexta feira, para a Comissão Permanente de Licitações e Contratos desta Autarquia, no endereço registrado acima, Rua Dr. Manoel Vitorino, SN, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, CEP 46.500-00.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

### **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. O prazo de validade da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses.

12.2. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS,





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA CONVOCAÇÃO, PARA ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Autarquia poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência por meio eletrônico, para que seja assinada no PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, a contar da data de seu recebimento.

12.4. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

### 13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.3. Previamente à contratação, o SAAE requisitará da empresa as certidões que comprove a sua regularidade fiscal e trabalhista, cujos documentos serão anexados aos autos do processo.

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, o SAAE poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência por meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo SAAE.

13.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, deverá ser convocado eventual licitante que tenha aceitado o valor ao licitante vencedor e registrado em anexo da referida ata de registro de preço.

### 14. DO REAJUSTE

14.1. O preço é fixo e irredutível.

14.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018.

### 15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, bem como os prazos de entrega estão previstos no TERMO DE REFERÊNCIA.



## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento final do produto/serviço, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.1.1. Havendo ERRO na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.1.2. Em atenção ao disposto no Decreto Municipal 104/2023, esta Autarquia Municipal, no momento do pagamento aos prestadores de serviço ou em caso de aquisição de mercadorias, está obrigada a promover a retenção do Imposto de Renda.

18.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada e mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

18.3. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.3.1. Não executou os serviços nas especificações e quantitativos requisitados;

18.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou

18.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.4. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada.

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

18.11. Os encargos de natureza tributária, social e fiscal são de exclusiva responsabilidade da contratada

18.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### 19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, sendo que esta informação deve ser MANIFESTADA em sessão de julgamento após convocação da Pregoeira.

19.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

19.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

19.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

### 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.2.2. multa moratória de até 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

20.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 10 (dez) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

20.3. A aplicação de multa não impede que a Autarquia rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

20.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Autarquia, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

20.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Autarquia em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Autarquia, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Autarquia, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

20.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 21. DA IMPUGNAÇÃO

21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [saaemacaubas@yahoo.com.br](mailto:saaemacaubas@yahoo.com.br) / [compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br](mailto:compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço do setor de licitações e contratos desta Autarquia.

21.3. Caberá à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21.8. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço do SAAE de Macaúbas, no setor da Comissão Permanente de Licitações e Contratos ou por meio dos endereços eletrônico [saaemacaubas@yahoo.com.br](mailto:saaemacaubas@yahoo.com.br) / [compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br](mailto:compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br), até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, respeitando o término do horário de funcionamento do setor de licitação e contratos, das 7:30 às 12:00 e 13:30 às 17:00h de segunda a quinta feira, e das 7:00 às 13:00 na sexta feira.

### 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

ou do resultado do processo licitatório.

22.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

22.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

22.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados/documentos solicitados.

22.9. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Autarquia, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Autarquia.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.14. O Edital está disponibilizado nos endereços eletrônicos: <https://diariooficial.macaubas.ba.gov.br/> <http://www.saaemacaubas.ba.gov.br/> (transparência) e email: [saaemacaubas@yahoo.com.br](mailto:saaemacaubas@yahoo.com.br) / [compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br](mailto:compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br), e na sede desta Autarquia Municipal, nos dias úteis, das 7:30 às 12:00 e 13:30 às 17:00h de segunda a quinta feira, e das 7:00 às 13:00 na sexta feira, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes.

22.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Macaúbas, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro.

22.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.16.1. ANEXO I – Termo de Referência;





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

- 22.16.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços
- 22.16.3. ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento
- 22.16.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração Micro e Pequena Empresa
- 22.16.5. ANEXO V – Declaração de Conhecimento das Condições de Habilitação
- 22.16.6. ANEXO VI - Declaração de inexistência de servidores municipais no quadro de pessoal
- 22.16.7. ANEXO VII – Declaração da Inexistência de Menor no quadro da Empresa
- 22.16.8. ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 22.16.9. ANEXO IX - Minuta de Termo de Contrato

Macaúbas-BA, 15 de Agosto de 2023.

DELCIONE OLIVEIRA FIGUEIREDO  
DIRETOR DO SAAE  
Decreto Municipal nº. 023/2021



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto descrever a demanda REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição, futura e parcelada, de equipamentos (motores/bombas submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços destinados a manutenção e reparo dos equipamentos e sistemas de fornecimento de água, através de poços tubulares, de responsabilidade do SAAE de Macaúbas-BA., para atender as necessidades desta Autarquia municipal, conforme especificações contidas neste documento.

#### 2. DA ADOÇÃO AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

2. Em vista da natureza do objeto, da dificuldade de previsão da quantidade que será demandada; da necessidade frequente das contratações em questão; da vantagem de não comprometer o orçamento com o contrato imediato do quantitativo total estimado e da possibilidade de contratação/execução do objeto pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da data da futura ata de registro de preço, extrapolando o exercício financeiro de 2023, recomenda-se a adoção de processo de contratação por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

2.1. Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preço - SRP, considerando a hipótese prevista no inciso I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação, somente quando houver necessidade; proporciona a redução de número de licitações; as aquisições ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

#### 3. DA CLASSIFICAÇÃO POR LOTE

3.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, os itens foram agrupados em lotes, a fim de buscar economia de escala e facilidade na gestão do contrato e nas entregas, visto que os itens que compõem o mesmo lote são semelhantes e fornecidos em sua integralidade pelas empresas do ramo comercial (inexistindo limitação de competitividade). Desta forma, a Administração busca atrair mais interessados em participar, tendo em vista, que os itens de forma isolada podem não atrair interessados face aos valores individuais serem ínfimos.

3.2. Ademais, para o presente processo, verifica-se, em resposta às questões sobre o risco do não parcelamento, que é possível dividir a solução. Também não se pode asseverar que haverá perda de escala com a divisão. Cabe, entretanto, ponderar que a divisão da solução ou antes a aquisição por itens em vez de lotes se mostra economicamente menos atrativa ao mercado fornecedor, redundando em menor competitividade, o que não responde positivamente a duas das quatro questões sobre o parcelamento da solução.

3.3. Outro fator a considerar é o pós licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

3.4. Ressalta-se que a formação dos grupos se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

3.5. O fracionamento em itens é a regra geral das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes. Todavia, no presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades. O agrupamento desses itens em lotes poderá ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação futura; possibilitar maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios; poderá ainda diminuir as chances de desinteresse dos licitantes por itens não tão atrativos por conta de baixo valor. A diminuição do número de atas (fornecedores), reduz também as possibilidades de entregas realizadas de forma assíncrona, o que prejudicaria o andamento das ações necessária.

3.6. Por fim, verifica-se que as justificativas aqui apresentadas, demonstram satisfatoriamente as motivações para o agrupamento dos itens, quais sejam: a) compatibilidade técnica dos itens agrupados; b) ampliação do número de interessados na licitação; c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço; e d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores etc.).

#### **4. DA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

4.1. Em consonância com o Decreto Municipal nº 334/2021, que Institui o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e dos Pequenos Negócios – PMDE 2021-2024, no município de Macaúbas – Bahia, bem como, tendo em vista de que a contratação será efetivada através de Recursos Próprios da Autarquia e assim, não envolve transferências de recursos voluntários da União, não sendo obrigatória a adoção da modalidade do pregão eletrônico, optou-se por realizar o processo licitatório na Modalidade Pregão Presencial, visando estimular o comércio local.

#### **5. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Justificamos a referida contratação em razão da necessidade de manter o abastecimento de água da população atendida pelo SAAE, com a aquisição de equipamentos (motores/bombeadores submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços, destinados a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e poços tubulares, visando garantir o bom funcionamento, mantendo o contínuo e eficiente desempenho no sistema de distribuição de água.

5.2. Importante ainda salientar que, o período de estiagem ao longo dos anos tem provocado uma significativa diminuição do volume de água nos poços tubulares, com notório prejuízo no abastecimento na sede do município e em diversas localidades.

5.3. A contratação visa ainda, a melhoria contínua e a qualidade dos serviços, tornando-se imprescindível e necessária, para manutenção dos sistemas de água e instalação de novas fontes de abastecimento que venham a ser disponibilizada para abastecimento humano e animal nas diversas áreas. Contribui ainda, o desenvolvimento e crescimento populacional que vem ocorrendo nos últimos anos e, para atender esta



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

demanda cada vez mais crescente, se faz necessária ampliação e manutenções no sistema de captação e distribuição de água de responsabilidade desta autarquia municipal.

5.4. Diante do fato de o sistema de captação e distribuição de água em alguns mananciais serem realizados através de bombas submersas de poços tubulares e/ou motores-bombas, sendo que os equipamentos que realizam tais serviços podem apresentar defeitos a qualquer momento, sem que haja outros meios de abastecimento de água; a contratação visa aquisição de equipamentos, peças e serviços para reposição e manutenção em bombas que compõem o sistema de abastecimento de água das comunidades rurais e locais urbanos que possuem bombas submersas e ou motores-bombas.

5.5. Deste modo, tratar-se de serviços e equipamentos essenciais à manutenção e garantia do abastecimento público de água potável à população do Município de Macaúbas, prezando pela continuidade dos serviços públicos essenciais desenvolvidos pelo SAAE, ante a responsabilidade desta autarquia em garantir o fornecimento de água aos usuários.

### 6. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES:

#### LOTE 01 – EQUIPAMENTOS

(motores/bombeadores submersos e estabilizadores de voltagem)

ITENS	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UN	QTDE
1.	MOTOR SUBMERSO 1,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	03
2.	MOTOR SUBMERSO 1,5 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	03
3.	MOTOR SUBMERSO 2,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	02
4.	MOTOR SUBMERSO 3,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	05
5.	MOTOR SUBMERSO 3,5 CV 440 MONOFÁSICO	PÇ	03
6.	MOTOR SUBMERSO 5,0 CV 440 MONOFÁSICO	PÇ	03
7.	MOTOR SUBMERSO 1,5 CV 380 TRIFÁSICO	PÇ	02
8.	MOTOR SUBMERSO 8,0 CV 220 TRIFÁSICO	PÇ	01
9.	MOTOR SUBMERSO 9,0 CV(6")380 TRIFÁSICO	PÇ	01
10.	BOMBEADOR SUBMERSO 3-10 – Pressão (MCA): 98/36 – Vazão:0,6/3,60	PÇ	03
11.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-10- Pressão(MCA): 104,5/34,5 – Vazão: 1,5/6,5	PÇ	03
12.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-12- Pressão(MCA): 99/32,5 – Vazão:5/13	PÇ	03
13.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-18- Pressão(MCA): 182/62,50 – Vazão:15/6,5	PÇ	03
14.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-20- Pressão(MCA): 210/76 – Vazão:15/6,5	PÇ	02
15.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-13- Pressão(MCA): 107/35 – Vazão:5/13	PÇ	02
16.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-18- Pressão(MCA): 144/50 – Vazão:5/13	PÇ	02
17.	BOMBEADOR SUBMERSO 3-17- Pressão(MCA): 164/74 – Vazão:0,6/3,6	PÇ	02
18.	BOMBEADOR SUBMERSO D-22- Pressão(MCA): 195/74,5 – Vazão:7/17	PÇ	01
19.	BOMBEADOR SUBMERSO R-20 6"- Pressão(MCA): 157/66 – Vazão:12/24	PÇ	01
20.	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM POT.5.000VC / 5KVA / ALIMENTAÇÃO: 100-260V 50/60Hz Monofásico / Tensão de saída: 220v.	PÇ	05

#### LOTE 02 - PEÇAS

(material elétrico e hidráulico)

ITENS	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN	QTDE
-------	-----------------------	----	------



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

1.	Acoplamento 4R1/8-4R1P/8P	PÇ	10
2.	Barra borne 16mm (conector)	PÇ	05
3.	Bóia de controle de nível automática	PÇ	05
4.	Bucha de grafite 43x28x40mm	PÇ	10
5.	Bucha desgaste 18x17mm	PÇ	10
6.	Bucha desgaste 18x28mm	PÇ	15
7.	Bucha desgaste 25X55mm AI	PÇ	10
8.	Bucha grafite 4" sup/inf	PÇ	05
9.	Bucha Red. Galvanizada 2x1 1/2	PÇ	04
10.	Bucha Red. Galvanizada 3x2	PÇ	04
11.	Cabo bipolar 2x2,5 mm Flex	M	180
12.	Cabo Multiplex 16mm – duplex	M	180
13.	Cabo tripolar 3x2,5mm Flex	M	250
14.	Cabo tripolar 3x4mm Flex	M	250
15.	Cabo tripolar 3x6mm Flex	M	250
16.	Caixa multiuso painel Box 30x20x20	PÇ	05
17.	Capacitor eletrolite 145-175 110v	PÇ	02
18.	Capacitor eletrolite 270-324 220v	PÇ	15
19.	Capacitor eletrolite 340-408 220v	PÇ	15
20.	Capacitor eletrolite 430-516 220v	PÇ	15
21.	Capacitor permanente 20UF	PÇ	05
22.	Capacitor permanente 30UF	PÇ	10
23.	Capacitor permanente 35UF	PÇ	05
24.	Capacitor permanente 40UF	PÇ	05
25.	Capacitor permanente 50UF	PÇ	05
26.	Capacitor permanente 60UF	PÇ	05
27.	Chave de partida 1.5cv 380V Trif.	PÇ	02
28.	Chave de partida 2.0cv 220V monof.	PÇ	02
29.	Chave de partida 3.0cv 220V monof.	PÇ	05
30.	Chave de partida 5.0cv 380V Trif.	PÇ	02
31.	Chave de partida 7.5cv 380V Trif.	PÇ	02
32.	Chave de partida 10.0cv 380V Trif.	PÇ	02
33.	Chave de partida 15.0cv 380V Trif.	PÇ	05
34.	Conector interno de ligação op4	PÇ	03
35.	Contactador 9 a 18 440v	PÇ	10
36.	Contactador aux. 3R11 40-1 220v	PÇ	03
37.	Contactador CJx2-1210 380/440	PÇ	03
38.	Contactador CJx2-1810 220V	PÇ	10
39.	Contactador CJx2-2510 220V	PÇ	10
40.	Control Box 1.0cv 220	PÇ	02
41.	Control Box 1.5cv 220	PÇ	02
42.	Control Box 2.0cv 220	PÇ	02
43.	Corda trançada 10mm	M	100
44.	Corda trançada 12mm	M	100
45.	Corpo de estágio bombeador R20	PÇ	03



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

46.	Crivo bombeador 4R1/8PB	PÇ	05
47.	Crivo bombeador 4R1-8BP	PÇ	02
48.	Curva FF rosc. 11/2	PÇ	05
49.	Curva FF rosc. 11/4	PÇ	05
50.	Curva Galvanizada 2 x 90°	PÇ	05
51.	Curva Galvanizada 11/2 x 90°	PÇ	05
52.	Curva Galvanizada 21/2 x 90°	PÇ	05
53.	Diafragma para bomba submersa	PÇ	02
54.	Disco de grafite	PÇ	03
55.	Disjuntor – 10A unipolar	PÇ	05
56.	Disjuntor – 16A unipolar	PÇ	05
57.	Disjuntor – 20A unipolar	PÇ	05
58.	Disjuntor – 25A unipolar	PÇ	05
59.	Disjuntor – 32A unipolar	PÇ	05
60.	Disjuntor – 40A unipolar	PÇ	05
61.	Disjuntor – B20 unipolar	PÇ	06
62.	Disjuntor – 16A bipolar	PÇ	05
63.	Disjuntor – 20A bipolar	PÇ	05
64.	Disjuntor – 25A bipolar	PÇ	05
65.	Disjuntor – 40A bipolar	PÇ	05
66.	Disjuntor Tripolar 63	PÇ	06
67.	Eixo bombeador	PÇ	03
68.	Fita auto fusão	PÇ	70
69.	Fita isolante 19mmX20m	PÇ	70
70.	Kit rotor bombeador 4R5IA.PA	PÇ	05
71.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R20	PÇ	05
72.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R3	PÇ	50
73.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R5	PÇ	50
74.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R6	PÇ	50
75.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R8	PÇ	50
76.	Kit Rotor e Difusor P11 108mm	PÇ	03
77.	Luva Galvanizada 1	PÇ	06
78.	Luva Galvanizada 11/2	PÇ	06
79.	Luva Galvanizada 11/4	PÇ	06
80.	Luva Galvanizada 2”	PÇ	06
81.	Luva Galvanizada 21/2”	PÇ	04
82.	Luva PVC BR 3”	PÇ	05
83.	Luva red. galvanizada 1x11/2”	PÇ	04
84.	Luva red. galvanizada 2x11/2”	PÇ	04
85.	Luva red. galvanizada 3X2”	PÇ	04
86.	Niple galvanizado 1	PÇ	02
87.	Niple galvanizado 1 ½	PÇ	05
88.	Niple galvanizado 1 ¼	PÇ	05
89.	Niple galvanizado 2”	PÇ	05
90.	Niple galvanizado 3”	PÇ	10





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

91.	Pastilha de apoio compl. S350	PÇ	30
92.	Programador horário digit. 100 a 240v	PÇ	05
93.	Relê de tempo 15 seg. 440v	PÇ	05
94.	Relê de tempo 380/440v	PÇ	05
95.	Relê de tempo 6 seg. 220/440v	PÇ	05
96.	Relê Falta Fase 380v	PÇ	05
97.	Relê sólido	PÇ	15
98.	Relê térmico 07 a 10amp	PÇ	02
99.	Relê térmico 12 a 18amp	PÇ	05
100.	Relê térmico 17 a 25amp	PÇ	05
101.	Rolamento 6203C3	PÇ	20
102.	Rolamento 6205ZZ	PÇ	10
103.	Rolamento 6206ZZ	PÇ	10
104.	Rolamento 6207ZZ	PÇ	10
105.	Rolamento 6306ZZ	PÇ	10
106.	Rolamento 6307ZZ	PÇ	10
107.	Rolamento 6309ZZ	PÇ	10
108.	Rolamento 7203 Axial	PÇ	10
109.	Rolamento 7303B	PÇ	15
110.	Rolamento 7304	PÇ	10
111.	Selo mecânico 1	PÇ	15
112.	Selo mecânico 1.3/8	PÇ	10
113.	Selo mecânico 3/4	PÇ	05
114.	Selo mecânico 5/8	PÇ	15
115.	Selo mecânico T-11 16mm	PÇ	10
116.	Temporizado DT 22	PÇ	05
117.	Tubo PVC branco roscável 1 ½"	PÇ	10
118.	Tubo PVC branco roscável 1 ¼"	PÇ	10
119.	Tubo PVC branco roscável 2"	PÇ	10
120.	União Galvanizada 1 1/2	PÇ	05
121.	União Galvanizada 2	PÇ	02
122.	Válvula anti-vácuo ½	PÇ	10
123.	Válvula anti-vácuo ¾	PÇ	15
124.	Válvula de pé PVC 1"	PÇ	02
125.	Válvula de pé PVC 2"	PÇ	03
126.	Válvula de retenção PVC sold. 50mm	PÇ	05
127.	Válvula de ret. horiz. de 2" bronze	PÇ	02
128.	Válvula de ret. horiz. de 3" bronze	PÇ	01
129.	Vaselina líquida	L	20
130.	Voltímetro 0 a 500w	PÇ	08

### LOTE 03 – SERVIÇOS

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDE
1.	Serviço de desmontar poço tubular	un	50



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

2.	Serviço de montagem poço tubular	un	50
3.	Serviço de desmontar poço tubular com talha	un	04
4.	Serviço de montagem poço tubular com talha	un	04
5.	Serviço revisão poço tubular	un	15
6.	Serviço refazer eixo/induzido	un	10
7.	Serviço técnico e de revisão em painel de comando	un	30
8.	Serviço técnico em bomba mancal P15/4	un	02
9.	Serviço de rebobinamento de auto transformador	un	03
10.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 0,75cv	un	04
11.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 1,0cv	un	10
12.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 1,5cv	un	10
13.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 2,0cv	un	04
14.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 3,0cv	un	10
15.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 3,5cv	un	10
16.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 4,0cv	un	08
17.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 4,5cv	un	03
18.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 5,0cv	un	03
19.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 5,5cv	un	03
20.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 8,0cv	un	03
21.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 9,0cv	un	03
22.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 20,0cv	un	01
23.	Serviço de rebobin. de motor centrífugo KSB C 3000	un	04
24.	Serviço de instalação de bomba centrífuga	un	10
25.	Serviço técnico em bomba centrífuga 1 a 7.5cv	un	15
26.	Serviço técnico em moto bomba submersa	un	10
27.	Serviço técnico em motor elétrico	un	35
28.	Serviço técnico em bombeador	un	35
29.	Serviço de limpeza em bombeador	un	30
30.	Serviço de instalação de programador digital	un	05
31.	Serviço de instalação de bóia automática	un	05
32.	Serviço assistência técnica em programador digital	un	10
33.	Serviço de deslocamento (valor p/ km percorrido)	km	10.000

### 7. OBJETO CONTEMPLADO NA LICITAÇÃO

7.1. Serão contemplados na licitação: aquisição de equipamentos (motores/bombeadores submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços destinados a manutenção de equipamentos e poços tubulares, para atendimento das necessidades do SAAE de Macaúbas-BA.

7.2. O objeto desta licitação será executado / fornecido em localidades atendidas pelo SAAE-Macaúbas, sendo estas situadas na sede e zona rural deste município.

7.3. A Contratante poderá emitir a solicitação de acordo com as suas necessidades e a Contratada será obrigada a atendê-las imediatamente após a sua solicitação, por se tratar de serviços essenciais.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### 8. LOCALIZAÇÃO

8.1. Os serviços serão realizados na Sede e na Zona Rural do Município de Macaúbas-BA.

### 9. PERÍODO DE VIGÊNCIA

9.1. O objeto ora definido poderá ser contratado/executado dentro da vigência de até 12 (doze) meses.

9.2. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades do SAAE, mediante emissão de Ordem de Serviço.

### 10. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os serviços/fornecimento serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2. Os serviços/fornecimento poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.3. Os serviços/fornecimento serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto entregue, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do objeto, será realizado pelo gestor do contrato.

10.6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

10.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços executados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base em instrumento de medição de resultado.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada e mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

### 12. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

12.1. No julgamento das propostas será considerado o critério de menor preço por lote.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Apresentar a Ordem de Serviço/Autorização de execução, especificando a quantidade e o local da Prestação dos Serviços.

13.2 Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;

13.3 Fiscalizar a Prestação dos Serviços.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (DETENTORA DA ATA)

14.1. A proponente vencedora obriga-se a prestar os serviços/fornecimento, objeto do presente edital, de boa qualidade, sendo que os serviços/fornecimento prestados fora dos padrões técnicos, éticos e da qualidade atribuível a espécie, devidamente vistoriado pela Autarquia, deverão ser executados novamente;

14.2. Cabe à CONTRATADA a responsabilidade civil/ou criminal, a remuneração por danos causados a integridade física, moral ou patrimonial de terceiros;

14.3. Executar os serviços/fornecimento de conformidade com a orientação técnica;

14.4. Permitir a contratante a fiscalização dos serviços;

14.5. Todos os equipamentos/máquinas da Contratada deverão ser operados e/ou conduzidos por profissionais treinados e, quando for o caso, legalmente habilitados para tal, cabendo à Contratada toda e qualquer responsabilidade por danos ou acidentes advindos de negligência no cumprimento dessa obrigação;

14.6. Prestar os serviços, por meio de mão-de-obra especializada e devidamente qualificada, necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços, de acordo com a legislação em vigor;

14.7. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

14.8. Substituir imediatamente, se possível, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório ao SAAE;

14.9. Manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

14.10. São devidos exclusivamente pela CONTRATADA todos os tributos, bem como os encargos trabalhistas e sociais decorrentes da prestação dos serviços contratados, responsabilizando-se a CONTRATADA por eventuais danos ou reclamações trabalhistas e fiscais que o CONTRATANTE venha a sofrer em virtude da cobrança de tais tributos e encargos;

14.11. A Contratada deverá fornecer, a pedido do representante do CONTRATANTE, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução do objeto. A contratada deverá comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços/fornecimento, no todo ou em parte;

14.12. Cumprir fielmente o contrato de forma que a prestação dos serviços/fornecimento avençados seja realizada com presteza e eficiência, evitando atrasos que prejudiquem as necessidades da CONTRATANTE.

### 15. PENALIDADES



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

15.1. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto deste Contrato, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, implicará na aplicação das seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de inexecução parcial dos serviços, limitada a multa de 10% (dez por cento);

III. Rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas;

IV. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, por prazo de até 2 (dois) anos;

V. Demais penalidades/sanções no item 20. deste edital.

**Parágrafo Primeiro.** As multas serão recolhidas diretamente ao CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

**Parágrafo Segundo.** Para a aplicação das penalidades aqui previstas o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

**Parágrafo Terceiro.** As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 16. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:

16.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

16.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados artigo 78 da Lei 8.666/93;

16.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

16.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no artigo 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação.

### 17. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ 526.389,66 (quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

17.2. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto do contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 0214 - 17.512.006
Projeto Atividade: 2.146 – Operação e Manutenção do Sistema de Água
Elemento de Despesa: 44.90.52.00.1501 – Equipamentos
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.1501 – Material de Consumo



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.1501 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### 18. GARANTIA

18.1. Em conformidade com o disposto no Artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, será dispensada a garantia.

### 19. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

19.1. Escritório do SAAE de Macaúbas-BA., Setor de Licitações, situado à Rua Dr. Manoel Vitorino, S/N, Centro, Macaúbas – Bahia; e-mail: [saaemacaubas@yahoo.com.br](mailto:saaemacaubas@yahoo.com.br) / [compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br.](mailto:compraslicitacoes@saaemacaubas.ba.gov.br), ou pelo telefone: (77) 3473-1142.

### 20. DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1. Vale salientar que a participação de qualquer empresa no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições impostas no Edital em obediência a Lei 8.666/93.

Macaúbas-BA., 10 de Agosto de 2023.

Antônio Oliveira Almeida  
Coordenador Interno





# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

## ANEXO II

### MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

AO  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACAÚBAS  
ATT.: PREGOEIRA REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023  
RAZÃO SOCIAL:  
ENDEREÇO:  
TEL:  
EMAIL:  
CNPJ:  
DADOS BANCÁRIOS:  
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:  
NOME COMPLETO, QUALIFICAÇÃO, RG, CPF, RESIDÊNCIA

Atendendo às exigências deste EDITAL, estamos apresentando nossa "PROPOSTA COMERCIAL" relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com as especificações relacionadas na planilha abaixo:

#### LOTE 01 – EQUIPAMENTOS

(motores/bombas submersos e estabilizadores de voltagem)

ITENS	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.	MOTOR SUBMERSO 1,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	03		
2.	MOTOR SUBMERSO 1,5 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	03		
3.	MOTOR SUBMERSO 2,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	02		
4.	MOTOR SUBMERSO 3,0 CV 220 MONOFÁSICO	PÇ	05		
5.	MOTOR SUBMERSO 3,5 CV 440 MONOFÁSICO	PÇ	03		
6.	MOTOR SUBMERSO 5,0 CV 440 MONOFÁSICO	PÇ	03		
7.	MOTOR SUBMERSO 1,5 CV 380 TRIFÁSICO	PÇ	02		
8.	MOTOR SUBMERSO 8,0 CV 220 TRIFÁSICO	PÇ	01		
9.	MOTOR SUBMERSO 9,0 CV(6")380 TRIFÁSICO	PÇ	01		
10.	BOMBEADOR SUBMERSO 3-10 – Pressão (MCA): 98/36 – Vazão:0,6/3,60	PÇ	03		



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

11.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-10- Pressão(MCA): 104,5/34,5 – Vazão: 1,5/6,5	PÇ	03		
12.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-12- Pressão(MCA): 99/32,5 – Vazão:5/13	PÇ	03		
13.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-18- Pressão(MCA): 182/62,50 – Vazão:15/6,5	PÇ	03		
14.	BOMBEADOR SUBMERSO 5-20- Pressão(MCA): 210/76 – Vazão:15/6,5	PÇ	02		
15.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-13- Pressão(MCA): 107/35 – Vazão:5/13	PÇ	02		
16.	BOMBEADOR SUBMERSO 8-18- Pressão(MCA): 144/50 – Vazão:5/13	PÇ	02		
17.	BOMBEADOR SUBMERSO 3-17- Pressão(MCA): 164/74 – Vazão:0,6/3,6	PÇ	02		
18.	BOMBEADOR SUBMERSO D-22- Pressão(MCA): 195/74,5 – Vazão:7/17	PÇ	01		
19.	BOMBEADOR SUBMERSO R-20 6"- Pressão(MCA): 157/66 – Vazão:12/24	PÇ	01		
20.	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM POT.5.000VC / 5KVA / ALIMENTAÇÃO: 100-260V 50/60Hz Monofásico / Tensão de saída: 220v.	PÇ	05		

### LOTE 02 - PEÇAS

(material elétrico e hidráulico)

ITENS	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.	Acoplamento 4R1/8-4R1P/8P	PÇ	10		
2.	Barra borne 16mm (conector)	PÇ	05		
3.	Bóia de controle de nível automática	PÇ	05		
4.	Bucha de grafite 43x28x40mm	PÇ	10		
5.	Bucha desgaste 18x17mm	PÇ	10		
6.	Bucha desgaste 18x28mm	PÇ	15		
7.	Bucha desgaste 25X55mm Al	PÇ	10		
8.	Bucha grafite 4" sup/inf	PÇ	05		
9.	Bucha Red. Galvanizada 2x11/2	PÇ	04		
10.	Bucha Red. Galvanizada 3x2	PÇ	04		
11.	Cabo bipolar 2x2,5 mm Flex	M	180		
12.	Cabo Multiplex 16mm – duplex	M	180		
13.	Cabo tripolar 3x2,5mm Flex	M	250		
14.	Cabo tripolar 3x4mm Flex	M	250		
15.	Cabo tripolar 3x6mm Flex	M	250		
16.	Caixa multiuso painel Box 30x20x20	PÇ	05		
17.	Capacitor eletrolite 145-175 110v	PÇ	02		
18.	Capacitor eletrolite 270-324 220v	PÇ	15		
19.	Capacitor eletrolite 340-408 220v	PÇ	15		



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

20.	Capacitor eletrolite 430-516 220v	PÇ	15		
21.	Capacitor permanente 20UF	PÇ	05		
22.	Capacitor permanente 30UF	PÇ	10		
23.	Capacitor permanente 35UF	PÇ	05		
24.	Capacitor permanente 40UF	PÇ	05		
25.	Capacitor permanente 50UF	PÇ	05		
26.	Capacitor permanente 60UF	PÇ	05		
27.	Chave de partida 1.5cv 380V Trif.	PÇ	02		
28.	Chave de partida 2.0cv 220V monof.	PÇ	02		
29.	Chave de partida 3.0cv 220V monof.	PÇ	05		
30.	Chave de partida 5.0cv 380V Trif.	PÇ	02		
31.	Chave de partida 7.5cv 380V Trif.	PÇ	02		
32.	Chave de partida 10.0cv 380V Trif.	PÇ	02		
33.	Chave de partida 15.0cv 380V Trif.	PÇ	05		
34.	Conector interno de ligação op4	PÇ	03		
35.	Contactador 9 a 18 440v	PÇ	10		
36.	Contactador aux. 3R11 40-1 220v	PÇ	03		
37.	Contactador CJx2-1210 380/440	PÇ	03		
38.	Contactador CJx2-1810 220V	PÇ	10		
39.	Contactador CJx2-2510 220V	PÇ	10		
40.	Control Box 1.0cv 220	PÇ	02		
41.	Control Box 1.5cv 220	PÇ	02		
42.	Control Box 2.0cv 220	PÇ	02		
43.	Corda trançada 10mm	M	100		
44.	Corda trançada 12mm	M	100		
45.	Corpo de estágio bombeador R20	PÇ	03		
46.	Crivo bombeador 4R1/8PB	PÇ	05		
47.	Crivo bombeador 4R1-8BP	PÇ	02		
48.	Curva FF rosc. 11/2	PÇ	05		
49.	Curva FF rosc. 11/4	PÇ	05		
50.	Curva Galvanizada 2 x 90°	PÇ	05		
51.	Curva Galvanizada 11/2 x 90°	PÇ	05		
52.	Curva Galvanizada 21/2 x 90°	PÇ	05		
53.	Diafragma para bomba submersa	PÇ	02		
54.	Disco de grafite	PÇ	03		
55.	Disjuntor – 10A unipolar	PÇ	05		
56.	Disjuntor – 16A unipolar	PÇ	05		
57.	Disjuntor – 20A unipolar	PÇ	05		
58.	Disjuntor – 25A unipolar	PÇ	05		
59.	Disjuntor – 32A unipolar	PÇ	05		
60.	Disjuntor – 40A unipolar	PÇ	05		
61.	Disjuntor – B20 unipolar	PÇ	06		
62.	Disjuntor – 16A bipolar	PÇ	05		
63.	Disjuntor – 20A bipolar	PÇ	05		
64.	Disjuntor – 25A bipolar	PÇ	05		



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

65.	Disjuntor – 40A bipolar	PÇ	05		
66.	Disjuntor Tripolar 63	PÇ	06		
67.	Eixo bombeador	PÇ	03		
68.	Fita auto fusão	PÇ	70		
69.	Fita isolante 19mmX20m	PÇ	70		
70.	Kit rotor bombeador 4R5IA.PA	PÇ	05		
71.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R20	PÇ	05		
72.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R3	PÇ	50		
73.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R5	PÇ	50		
74.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R6	PÇ	50		
75.	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R8	PÇ	50		
76.	Kit Rotor e Difusor P11 108mm	PÇ	03		
77.	Luva Galvanizada 1	PÇ	06		
78.	Luva Galvanizada 11/2	PÇ	06		
79.	Luva Galvanizada 11/4	PÇ	06		
80.	Luva Galvanizada 2”	PÇ	06		
81.	Luva Galvanizada 21/2”	PÇ	04		
82.	Luva PVC BR 3”	PÇ	05		
83.	Luva red. galvanizada 1x11/2”	PÇ	04		
84.	Luva red. galvanizada 2x11/2”	PÇ	04		
85.	Luva red. galvanizada 3X2”	PÇ	04		
86.	Niple galvanizado 1	PÇ	02		
87.	Niple galvanizado 1 ½	PÇ	05		
88.	Niple galvanizado 1 ¼	PÇ	05		
89.	Niple galvanizado 2”	PÇ	05		
90.	Niple galvanizado 3”	PÇ	10		
91.	Pastilha de apoio compl. S350	PÇ	30		
92.	Programador horário digit. 100 a 240v	PÇ	05		
93.	Relê de tempo 15 seg. 440v	PÇ	05		
94.	Relê de tempo 380/440v	PÇ	05		
95.	Relê de tempo 6 seg. 220/440v	PÇ	05		
96.	Relê Falta Fase 380v	PÇ	05		
97.	Relê sólido	PÇ	15		
98.	Relê térmico 07 a 10amp	PÇ	02		
99.	Relê térmico 12 a 18amp	PÇ	05		
100.	Relê térmico 17 a 25amp	PÇ	05		
101.	Rolamento 6203C3	PÇ	20		
102.	Rolamento 6205ZZ	PÇ	10		
103.	Rolamento 6206ZZ	PÇ	10		
104.	Rolamento 6207ZZ	PÇ	10		
105.	Rolamento 6306ZZ	PÇ	10		
106.	Rolamento 6307ZZ	PÇ	10		
107.	Rolamento 6309ZZ	PÇ	10		
108.	Rolamento 7203 Axial	PÇ	10		
109.	Rolamento 7303B	PÇ	15		



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

1832

110.	Rolamento 7304	PÇ	10		
111.	Selo mecânico 1	PÇ	15		
112.	Selo mecânico 1.3/8	PÇ	10		
113.	Selo mecânico 3/4	PÇ	05		
114.	Selo mecânico 5/8	PÇ	15		
115.	Selo mecânico T-11 16mm	PÇ	10		
116.	Temporizado DT 22	PÇ	05		
117.	Tubo PVC branco roscável 1 1/2"	PÇ	10		
118.	Tubo PVC branco roscável 1 1/4"	PÇ	10		
119.	Tubo PVC branco roscável 2"	PÇ	10		
120.	União Galvanizada 11/2	PÇ	05		
121.	União Galvanizada 2	PÇ	02		
122.	Válvula anti-vácuo 1/2	PÇ	10		
123.	Válvula anti-vácuo 3/4	PÇ	15		
124.	Válvula de pé PVC 1"	PÇ	02		
125.	Válvula de pé PVC 2"	PÇ	03		
126.	Válvula de retenção PVC sold. 50mm	PÇ	05		
127.	Válvula de ret. horiz. de 2" bronze	PÇ	02		
128.	Válvula de ret. horiz. de 3" bronze	PÇ	01		
129.	Vaselina líquida	L	20		
130.	Voltímetro 0 a 500w	PÇ	08		
<b>TOTAL DO LOTE 02 R\$ _____ ( _____ )</b>					

### LOTE 03 – SERVIÇOS

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1.	Serviço de desmontar poço tubular	un	50		
2.	Serviço de montagem poço tubular	un	50		
3.	Serviço de desmontar poço tubular com talha	un	04		
4.	Serviço de montagem poço tubular com talha	un	04		
5.	Serviço revisão poço tubular	un	15		
6.	Serviço refazer eixo/induzido	un	10		
7.	Serviço técnico e de revisão em painel de comando	un	30		
8.	Serviço técnico em bomba mancal P15/4	un	02		
9.	Serviço de rebobinamento de auto transformador	un	03		
10.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 0,75cv	un	04		
11.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 1,0cv	un	10		
12.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 1,5cv	un	10		
13.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 2,0cv	un	04		
14.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 3,0cv	un	10		
15.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 3,5cv	un	10		
16.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 4,0cv	un	08		



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

17.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 4,5cv	un	03		
18.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 5,0cv	un	03		
19.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 5,5cv	un	03		
20.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 8,0cv	un	03		
21.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 9,0cv	un	03		
22.	Serviço de rebobinamento de motor submerso 20,0cv	un	01		
23.	Serviço de rebobin. de motor centrifugo KSB C 3000	un	04		
24.	Serviço de instalação de bomba centrífuga	un	10		
25.	Serviço técnico em bomba centrífuga 1 a 7.5cv	un	15		
26.	Serviço técnico em moto bomba submersa	un	10		
27.	Serviço técnico em motor elétrico	un	35		
28.	Serviço técnico em bombeador	un	35		
29.	Serviço de limpeza em bombeador	un	30		
30.	Serviço de instalação de programador digital	un	05		
31.	Serviço de instalação de bóia automática	un	05		
32.	Serviço assistência técnica em programador digital	un	10		
33.	Serviço de deslocamento (valor p/ km percorrido)	km	10.000		
<b>TOTAL DO LOTE 03 R\$ _____ ( _____ )</b>					

A empresa..... declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com operador, deslocamento da máquina e operador, manutenção, mão de obra e combustível .

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com a validade da proposta de 60 (sessenta) dias, e prazo de entrega e correção nos termos do Edital e Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.





# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

## ANEXO III

### MODELO DE CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº. ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, para representar esta empresa, com poderes para praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório, em especial apresentar documentos, prestar declarações de qualquer teor, impugnar, recorrer, apresentar contra razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e do direito aos mesmos, a que tudo será dado como bom, firme e valioso.

\_\_\_\_\_, Ba \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

**Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.**



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

**Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:**

( ) Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.

( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**

( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**

( ) para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 86.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA

**Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.**



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., declara, que tem conhecimento do edital do Pregão Presencial nº. 003/2023 e atende às exigências de habilitação, conforme preceitua o art. 4º inciso VII, sob pena das sanções previstas do art. 7º da Lei 10.520/02.

**Data e Local**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Diretor ou Representante Legal**

**Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.**



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS NO QUADRO DE PESSOAL

A (nome da empresa) ..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., declara, sob as penas da lei, em cumprimento ao Edital da Pregão Presencial nº (informar), DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo do Municipal de Macaúbas, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.**



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A (nome da empresa) ..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., declara, sob as penas da lei, que em suas instalações, não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### ANEXO VIII

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 087/2023

**O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, autarquia municipal, com sede na Rua Dr. Manoel Vitorino, sn, Centro, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob Nº 14.380.828/0001-27, representada pelo Diretor DELCIONE OLIVEIRA FIGUEIREDO, CPF. nº. 244.170.925-91, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº. 023/2021, de 01/01/2021, do Executivo Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2023, publicada no Diário Oficial do Município em \_\_\_/\_\_\_/2023, processo administrativo nº 087/2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição, futura e parcelada, de equipamentos (motores/bombas submersos e estabilizadores de voltagem), peças (material elétrico e hidráulico) e serviços destinados a manutenção e reparo dos equipamentos e sistemas de fornecimento de água, através de poços tubulares, de responsabilidade do SAAE de Macaúbas-BA., especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 003/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

#### 3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de fixada nesse documento, não podendo ser prorrogada.

#### 4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

- 4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1. por razão de interesse público; ou
- 4.9.2. a pedido do fornecedor.

### 5. CONDIÇÕES GERAIS

- 5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

### ANEXO IX

### MINUTA CONTRATUAL

**O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, autarquia municipal, com sede na Rua Dr. Manoel Vitorino, sn, Centro, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob Nº 14.380.828/0001-27, representada pelo Diretor DELCIONE OLIVEIRA FIGUEIREDO, CPF. nº. 244.170.925-91, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº. 023/2021, de 01/01/2021, do Executivo Municipal, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ com sede na Rua \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/BA e CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição/execução de \_\_\_\_\_, conforme especificação abaixo:  
**Sub-Cláusula Única**– A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no objeto contratado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Artigo 65, §1º, da Lei nº. 8.666.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO** - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato, no prazo estipulado no edital de no máximo \_\_ (\_\_\_\_) dias contados do recebimento da ordem/autorização de fornecimento, executando os serviços no local indicado na ordem de fornecimento e em etapas de acordo com a solicitação expressa do preposto indicado pela ora CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Em vista da entrega do objeto discriminado acima, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (.....reais), após o efetivo recebimento do objeto e emissão da nota fiscal eletrônica e durante a vigência deste instrumento particular.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DO FORNECIMENTO DO OBJETO:** O presente instrumento terá vigência da data de assinatura deste instrumento até o dia \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, sendo o objeto executado após a emissão da ordem de fornecimento no prazo estipulado no Edital de \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas com a execução do objeto do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 0214 - 17.512.006
Projeto Atividade: 2.146 – Operação e Manutenção do Sistema de Água
Elemento de Despesa: 44.90.52.00.1501 – Equipamentos
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.1501 – Material de Consumo
Elemento de Despesa: 33.90.39.00.1501 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO** – Fica a CONTRATADA obrigada a executar os serviços referidos durante a vigência do contrato e no prazo estipulado acima após o recebimento da ordem de serviço, bem como a manter todas as condições de habilitação previstas no Edital do Pregão Presencial nº. 003/2023, nos termos do Art. 55, XIII, Lei 8.666/93, e a arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DO PREÇO** -O preço é fixo e irremediável. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES** - A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto deste Contrato, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, implicará na aplicação das seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de inexecução parcial dos serviços, limitada a multa de 10% (dez por cento);

III. Rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas;

IV. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, por prazo de até 2 (dois) anos;

V. Demais penalidades/sanções no item 19 do referido edital.

Parágrafo Primeiro. As multas serão recolhidas diretamente ao CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

Parágrafo Segundo. Para a aplicação das penalidades aqui previstas o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

Parágrafo Terceiro. As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO** - Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO** – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA:** O CONTRATADO e CONTRATANTE ficam obrigados a dar cumprimento às determinações da Legislação vigente.

**Parágrafo Único** - É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal para a execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos Ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidas para o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO** – A execução do presente contrato será avaliada pelo setor competente do CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão *in loco*, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação do serviço executado, sendo designado através de Portaria, o servidor, como Fiscal de Contrato.

**Parágrafo único** - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa nos termos da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO** - O presente contrato será publicado conforme definido em lei.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** – Este contrato obedece as cláusulas do Edital de Licitação Pregão Presencial n°.001/2023, os termos da Lei n°. 8.666/93, e nos casos omissos a legislação civil vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO** - A relação jurídica aqui estabelecida é fundamentada no processo de licitação Pregão Presencial n°. 003/2023, vinculando-se às PARTES a todos os termos do instrumento convocatório desta licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ELEIÇÃO DO FORO** - As partes contratantes elegem o Fórum da Comarca de MACAÚBAS, para dirimir qualquer dúvida do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias datilografadas nos claros, todas de igual forma e teor, contratante e contratada, na presença de duas testemunhas a tudo presentes.

Macaúbas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

2ª \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: